

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22
Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. às Demonstrações Contábeis da Columbus Holdings S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, a Companhia registrou Lucro Líquido de R\$ 435.123 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 9.170.282 mil e Ativos Totais de R\$ 9.177.013 mil. A Assembleia deliberará quanto a parcela do lucro líquido que será retida para preservação e manutenção do capital

social. A política de dividendos da Companhia assegura o dividendo mínimo de 1% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social.

Em 30 de abril de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 500.000 mil elevando-o de R\$ 4.800.000 mil para R\$ 5.300.000 mil mediante capitalização de parte da Reserva de Lucros - Reserva Estatutária.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Osasco, SP, 4 de fevereiro de 2020.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL - Em Milhares de Reais				
	2019	2018		
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
CIRCULANTE	321.111	1.443.352	CIRCULANTE	2019
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	327	255.082	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 17)	1.230
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio do Resultado (Nota 6)	299.348	255.237	Dividendos a Pagar (Notas 10c e 16a)	4.134
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 7)	-	890.332	Outras Obrigações	89
Juros sobre Capital Próprio/Dividendos a Receber (Nota 16 a)	20.310	41.615		
Depósitos Judiciais (Nota 8)	1.126	1.086	NÃO CIRCULANTE	1.278
NÃO CIRCULANTE	8.855.902	9.177.027	Provisão para Impostos e Contribuições	152
Realizável a Longo Prazo	1.245.930	1.566.962	Provisão para Contingências Fiscais (Nota 11b)	1.126
Impostos e Contribuições a Compensar	607	-		
Ativos Financeiros ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes (Nota 7)	1.243.997	1.563.832	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	9.170.282
Créditos Tributários (Notas 17c e 17d)	1.326	3.130	Capital Social (Nota 10a)	5.300.000
INVESTIMENTOS (Nota 11b)	7.609.972	7.610.065	Reservas de Lucros (Nota 10b)	3.842.986
TOTAL	9.177.013	10.620.379	Ajuste de Avaliação Patrimonial	27.296
			TOTAL	9.177.013

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
RECEITAS OPERACIONAIS	372.852	1.096.785
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 9)	372.852	1.096.785
DESPESAS OPERACIONAIS	26.751	36.392
Despesas Tributárias (Nota 13)	21.870	23.311
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 14)	3.646	3.468
Despesas de Pessoal (Nota 15)	1.235	9.613
RESULTADOS FINANCEIROS	189.408	141.548
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 12)	189.408	141.548
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO	535.509	1.201.941
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 17a)	(100.386)	(96.203)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	435.123	1.105.738
Número de ações	535.796.738	535.796.738
Lucro líquido básico por lote de mil ações em R\$	812,10	2.063,73

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	535.509	1.201.941
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Resultado de Equivalência Patrimonial	(372.852)	(1.096.785)
Lucro Líquido Ajustado	162.657	105.156
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo por Meio de Outros Resultados Abrangentes	1.214.874	(1.403.526)
(Aumento)/Redução em Ativos Financeiros Mensurados ao Valor Justo no Resultado	(44.111)	7.826
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(51.746)	(13.353)
(Redução)/Aumento em Outras Obrigações	(1.651)	1.429
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos/Compensados	(58.536)	(56.983)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais	1.221.487	(1.359.451)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Juros sobre o Capital Próprio Recebidos	138.847	190.896
Dividendos Recebidos	269.064	924.560
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos	407.912	1.115.456
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(1.884.154)	(12.599)
Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos	(1.884.154)	(12.599)
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(254.755)	(256.594)
Início do Exercício	255.082	511.676
Fim do Exercício	327	255.082
(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	(254.755)	(256.594)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
1) CONTEXTO OPERACIONAL		
A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto. A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 4 de fevereiro de 2020.		
2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS		
As demonstrações contábeis da Companhia, foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2019. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.		
2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis		
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.		
A Companhia adotou a opção prevista no CPC 36 que dispensa a apresentação de demonstrações contábeis consolidadas quando uma entidade é controlada de outra entidade que divulga demonstrações contábeis consolidadas em CPC ou IFRS, e quando acionistas deliberam pela adoção dessa opção. Assim sendo, não estão sendo apresentadas demonstrações contábeis consolidadas.		
2.2) Moeda funcional e de apresentação		
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é o Real (R\$). As demonstrações estão sendo apresentadas em milhares de reais.		
2.3) Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.		
2.4) Ativos financeiros		
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as categorias: (i) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA - Patrimônio Líquido); e (ii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).		
Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)		
Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.		
São ativos mantidos pela Companhia com o propósito de negociá-los no curto prazo, ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI. Os instrumentos financeiros derivativos, também, são categorizados como VJR.		
Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.		
Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)		
São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros resultados abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.		
2.5) Determinação do valor justo		
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes. As aplicações em fundos de investimento são avaliadas com base no valor da cota divulgada pelo Administrador do fundo investidor, que reflete o valor de mercado dos investimentos que compõem a carteira do respectivo fundo.		
2.6) Investimentos em Coligadas e Controladas		
São classificados como controladas as entidades pelas quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda exercer controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.		
Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, sendo que o resultado é classificado como despesa (ou receita) operacional.		
Os dividendos recebidos de investidas são registrados por equivalência patrimonial e reduzem o valor do investimento.		
Ágio (Goodwill)		
O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e joint ventures.		
O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão da participação da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas é incluído no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio ou compra vantajosa) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.		
O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas.		
2.7) Redução ao valor recuperável de ativos (Impairment)		
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.		
Uma perda por redução ao valor recuperável (<i>impairment</i>) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.		
2.8) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais - fiscais e previdenciárias		
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:		
Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;		

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais		
9) INVESTIMENTOS		
Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial bem como os valores dos investimentos estão demonstrados a seguir:		

					Em 31 de dezembro	
					2019	2018
Quantidade de ações possuídas (em milhares)						
Participação no capital social - %						
Investimentos						
Resultado de equivalência patrimonial						
2019	2018	2019	2018	2019	2018	2018
Empresas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado ajustado	ON	Investimentos	Resultado de equivalência patrimonial
Cielo S.A. (1)	5.700.000	11.484.906	1.094.842	778.320	3.279.741	453.095
Tempo Serviços Ltda.	1.575.116	2.374.633	(297.910)	736.554	1.110.424	(139.308)
Tapajós Holdings Ltda.	790.000	1.796.064	218.052	137.062	486.508	59.065
Ágio - Cielo S.A. (2)	-	-	-	-	2.733.299	-
Total					7.609.972	1.096.785

(1) Inclui ganho de dividendos e JCP, decorrente a variação entre a provisão de ações estimadas e ações deliberadas, na proporção de sua participação; e (2) O ágio está fundamentado na rentabilidade futura, avaliado quando da aquisição de participação societária na Companhia Cielo S.A. O valor recuperável do ágio é baseado no valor de mercado das ações, para a qual não foi detectada a necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*).

10) PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
a) Composição do capital social em ações				
O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.				
Em 31 de dezembro				
	2019	2018		
Ordinárias	535.796.738	535.796.738		
Total	535.796.738	535.796.738		

Em Assembleia Geral Extraordinária e Ordinária realizada em 30 de abril de 2019, deliberou-se aumentar o Capital Social no valor de R\$ 500.000 elevando-o de R\$ 4.800.000 para R\$ 5.300.000, sem emissão de ações, mediante a capitalização de parte do saldo da conta "Reservas de Lucros - Estatutárias", de acordo com o disposto do Parágrafo Primeiro do Artigo 169 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de lucros				
Em 31 de dezembro				
	2019	2018		
Reservas de lucros	3.842.987	5.785.647		
- Reserva legal (i)	517.665	495.909		
- Reserva estatutária (ii)	3.325.321	5.289.738		

(i) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(ii) Visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado. Em observância no que dispõe o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, juntamente com as demonstrações contábeis, será apresentada proposta sobre a destinação do resultado a ser dada ao lucro líquido do exercício. Quando o saldo das reservas de lucros ultrapassar o limite exigido, a Assembleia Geral deliberará sobre a aplicação do excesso na integralização como aumento de capital social ou na distribuição de dividendos (artigo 199).

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Ajuste de Avaliação Patrimonial		Lucros Acumulados
			Legal	Estatutária	Próprias	Controladas	
Saldos em 31.12.2017	4.100.000	-	440.621	4.949.792	(1.329)	(10.590)	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	700.000	-	-	(700.000)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	(3.998)	5.569	1.571
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	1.105.738
Destinações: - Reservas	-	-	55.288	1.039.946	-	-	(1.095.234)
- Dividendos Pagos (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	(10.504)
Saldos em 31.12.2018	4.800.000	-	495.909	5.289.738	(5.327)	(5.021)	-
Aumento de Capital com Reservas (Nota 10a)	500.000	-	-	(500.000)	-	-	-
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-	-	-	3.106	34.538	37.644
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	435.123
Dividendos Pagos com Reserva	-	-	(1.873.650)	-	-	-	(1.873.650)
Destinações: - Reservas	-	-	21.756	409.233	-	-	(430.989)
- Dividendos Propostos (Nota 10c)	-	-	-	-	-	-	(4.134)
Saldos em 31.12.2019	5.300.000	-	517.665	3.325.321	(2.221)	29.517	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE - Em Milhares de Reais		
	Exercícios findos em 31 de dezembro 2019	2018
Lucro Líquido	435.123	1.105.738
Ajuste de Avaliação Patrimonial	37.644	1.571
Total do Resultado Abrangente	472.767	1.107.309

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

Provisões: são constituídas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;

Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e

Obrigações Legais: Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.10) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

2.11) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros, e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.12) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tribut

Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22

Sede: Cidade de Deus - Prédio Prata - 4º andar - Vila Yara - Osasco/SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

Movimentação da provisão de contingências fiscais

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Saldo no início do período	1.086	1.043
Atualização monetária	40	43
Saldo no final do período	1.126	1.086

12) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	9.993	24.677
Rendimento de letras financeiras	148.516	101.254
Rendimento de aplicações em CDB	30.899	15.617
Juros ativos	40	43
Juros passivos	(40)	(43)
Total	189.408	141.548

13) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Cofins	18.153	19.406
PIS	3.528	3.904
Outros	189	1
Total	21.870	23.311

14) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Doações e patrocínios	3.523	3.347
Editais e publicações	100	98
Serviços de terceiros	23	23
Total	3.646	3.468

15) DESPESAS DE PESSOAL

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2019	2018
Honorários da Diretoria	180	1.800
Gratificações	540	3.060
Encargos sociais trabalhistas	144	972
Benefícios de empregados	371	3.781
Total	1.235	9.613

16) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2019	2018	2019	2018
Ativos				
Caixa e equivalentes de caixa	-	113	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	1.243.997	2.454.164	-	-
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	299.348	255.237	-	-
Juros sobre capital próprio e dividendos a receber	-	-	20.310	41.615
Passivos				
Dividendos a pagar	-	-	4.134	10.504
	Exercício findo em 31 de dezembro			
	Controladores (1)		Coligadas e controladas (2)	
	2019	2018	2019	2018
Rendimento de letras financeiras	148.516	101.254	-	-
Rendimento de aplicações em CDB	30.899	15.617	-	-

(1) Banco Bradesco S.A.; e

(2) Cielo S.A., Nova Paiol Participações Ltda., Quixaba Empreendimentos, Tapajós Holdings Ltda., e Tempo Serviços Ltda.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas e Administradores da

Columbus Holdings S.A.

Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Columbus Holdings S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

a) Remuneração do integrante-chave da Administração

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

17) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	535.510	1.201.941
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(182.073)	(408.660)
Efeito no cálculo dos tributos:		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes	126.702	372.907
Despesas e provisões indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	(1.311)	(2.096)
Juros sobre o capital próprio	(47.318)	(61.485)
Outros valores	3.614	3.131
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(100.386)	(96.203)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2019	2018
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(100.402)	(96.267)
Impostos diferidos:		
Constituição/realização no exercício sobre adições temporárias	16	64
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(100.386)	(96.203)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro			
	2018	Constituição	Realização/ Baixa	2019
Provisão para contingências fiscais	138	14	-	152
Outras provisões	248	30	(248)	30
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	386	44	(248)	182
Ajuste a valor de mercado dos títulos disponíveis para venda	2.744	-	(1.600)	1.144
Total dos créditos tributários	3.130	44	(1.848)	1.326
Obrigações fiscais diferidas	138	14	-	152
Créditos tributários líquidos das obrigações fiscais diferidas	2.992	30	(1.848)	1.174

d) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias

	Em 31 de dezembro		
	Diferenças temporárias Imposto de renda	Contribuição social	Total
2020	22	8	30
2023	112	40	152
Total	134	48	182

A projeção de realização dos créditos tributários é uma estimativa e não está diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis. O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, no montante de R\$ 170 (2018 - R\$ 373) de diferenças temporárias.

e) Obrigações fiscais diferidas

A Companhia possui obrigações fiscais diferidas de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 152 (2018 - R\$ 138) relativas a atualização monetária de depósitos judiciais.

f) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 1.230 (2018 - R\$ 32.622), referem-se a imposto de renda de R\$ 133 (2018 - R\$ 29.116), contribuição social (2018 - R\$ 1.401), PIS de R\$ 178 (2018 - R\$ 344), Cofins de R\$ 919 (2018 - R\$ 1.725) e INSS em 2018 - R\$ 36.

18) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018.

b) Em 31 de dezembro de 2019 e 2018 não há processos com riscos civis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis.

c) Não há eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2019.

A DIRETORIA

Edmar Carlos da Silva – Contador – CRC 1SP210689/O-2

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para assegurar a integridade, a precisão sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Osasco, 05 de março de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-028567/F

Carlos Massao Takahashi
Contador CRC 1SP206103/O-4